



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4476, DE 2021

Altera o art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera o art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito.



SF/21965.69323-19

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 218-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 218-A.**

.....

Parágrafo único. Aplica-se a mesma pena à conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito, independentemente de autorização dos pais ou dos responsáveis.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 218-A do Código Penal já prevê o crime de “satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente”, que consiste em *praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer*

lascívia própria ou de outrem. A pena destinada ao tipo penal é de reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Contudo, referido crime não foi explícito em acolher a conduta de submeter menor de 14 (catorze) anos a presenciar evento cultural ou artístico que contenha nudez ou simule atos de lascívia ou sexo explícito. Veja-se, que, nesses casos, ainda que para adultos haja a compreensão que se trata de uma manifestação artística, para indivíduos jovens a sensação é de estar presenciando atos verdadeiramente libidinosos. A criança não tem condições psíquicas de distinguir o que é sexo real ou o que é uma manifestação supostamente artística do mesmo ato.

Assim, a lei penal deve prever que há crime praticado nessas condições, pois maculam a inocência e deturpam a visão de vida dos jovens ainda em formação.

Essa a singela razão do presente projeto de lei. Conclamamos os Nobres Pares, destarte, à sua pronta aprovação.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO BOLSONARO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>
- art218-1